



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

|                              |                                     |
|------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Processo TC</b>           | 5660/989/16                         |
| <b>Poder</b>                 | LEGISLATIVO                         |
| <b>Município</b>             | Bento de Abreu                      |
| <b>Entidade</b>              | CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO DE ABREU  |
| <b>Período</b>               | 12/2017                             |
| <b>Relator</b>               | Dr. Robson Marinho                  |
| <b>Unidade Fiscalizadora</b> | UR-01 UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA |
| <b>Responsável</b>           | LUCIANO GROSSO FIGUEREDO            |
| <b>Cargo</b>                 | PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL      |
| <b>CPF</b>                   | 212.565.728-70                      |
| <b>Período de Gestão</b>     | 01/01/2017 a 31/12/2017             |

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 1.1 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Alerte-se que no encerramento do período ora analisado, verificou-se acréscimo em relação ao percentual da despesa com pessoal apurado em junho/, devendo o Poder em questão observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.  
Alerte-se ainda que, em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de junho/.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Hora da Geração: 22:04:08**